



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, do SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (SINDNAPI), CNPJ nº 04.040.532/0001-03, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Trata o presente requerimento da quebra de sigilo do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI), entidade sediada em São Paulo/SP, investigada pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, deflagrada em abril deste ano.

De acordo com as investigações realizadas pela Polícia Federal, o SINDNAPI é apontado como a terceira entidade que mais arrecadou com descontos ilegais em aposentadorias no período de 2019 a 2024, movimentando cerca de R\$ 310 milhões, conforme relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). A Polícia



Federal aponta que a entidade deixou de apresentar documentação comprobatória de que os descontos foram realizados com autorização dos associados.

Segundo as investigações, o crescimento da arrecação do sindicato foi expressivo. Em 2020, recebeu aproximadamente R\$ 23,2 milhões. Em 2021, o valor passou para R\$ 41 milhões e em 2023 alcançou R\$ 149 milhões, representando um aumento de 264% em relação a 2020. Já em 2024, a entidade arrecadou R\$ 154 milhões.

O Ministério Público Federal afirma haver provas de que o SINDNAPI utilizou dados de aposentados que jamais autorizaram sua inclusão como filiados, arrecadando mais de R\$ 300 milhões no período investigado. Uma auditoria do governo confirmou o "indicativo de descontos de mensalidade sem a autorização dos titulares dos benefícios".

Ainda de acordo com reportagens do portal Metrôpoles, dirigentes do SINDNAPI recebiam comissões sobre cada desconto realizado nos benefícios de aposentados. Entre os favorecidos estariam a própria esposa do presidente, Milton Baptista, e o marido da diretora jurídica da entidade, advogada Tonia Andrea Inocentini Galleti, filha do ex-presidente do sindicato.

As mesmas reportagens apontam que Milton Baptista, presidente do SINDNAPI, teria construído uma mansão de 360 m² com piscina em Ibiúna/SP durante o período em que a entidade ampliava os ganhos com descontos de aposentados do INSS. Imagens de satélite mostram que as obras ocorreram entre maio de 2021 e maio de 2023, coincidindo com o aumento dos pagamentos recebidos pelo Sindnapi a partir dos descontos de aposentados. Além disso, em janeiro deste ano, sua esposa, Sra. Daugliesi Giacomasi, constituiu uma empresa offshore em Miami, Estados Unidos, denominada *Dau & Be Investments LLC*, sediada em Boca Ratón, o que amplia as suspeitas de ocultação patrimonial.

Diante da gravidade dos fatos, impõe-se a apuração das movimentações financeiras do SINDNAPI, a fim de verificar eventual participação



em práticas lesivas a aposentados e pensionistas. A quebra de sigilo ora requerida fundamenta-se, portanto, na competência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de investigar e responsabilizar órgãos, pessoas e entidades envolvidos em descontos fraudulentos em benefícios previdenciários.

Em função disso, faz-se necessário apurar as movimentações financeiras do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI). Portanto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Senadora Damares Alves

